

Economia-  
Brasil

# Ilusão de Ótica

A liberação da segunda parcela do empréstimo do FMI, coroando uma semana de boas notícias, com destaque para a reabertura do crédito internacional ao Brasil e a queda do dólar, que arrastou também para baixo os índices de inflação, foi comemorada com euforia pelo governo. Comparado ao cenário do começo do mês, março fechou bem.

Mas, é muito cedo para comemorações. A causa básica da crise de credibilidade que afetou o Brasil, e atingiu dramaticamente as empresas, que perderam o crédito externo cortado, e cujas dívidas em moeda estrangeira dispararam depois da desvalorização do real, em janeiro, continua latente e ameaçadora: o déficit do setor público, causado pelo excesso de gastos em relação à receita.

É fato que houve o retorno da confiança internacional, devidamente avalizada pelo FMI, quanto à capacidade brasileira de promover o ajuste fiscal. Entretanto, se a confiança internacional em relação ao país começou a ser erodida em dezembro, quando o Congresso não aprovou o aumento das contribuições previdenciárias do funcionalismo da ativa e dos aposentados do serviço público, não se registrou, até agora, qualquer demonstração de que o setor público está cortando os seus gastos, para equilibrar a despesa e a receita.

O que houve foi simplesmente o aumento brutal da arrecadação (da previdência, do

IOF, da Cofins e da CPMF), o que é altamente preocupante. A tradição do Estado brasileiro é relaxar no controle das despesas toda vez que as receitas aumentam. A outra face do aumento da arrecadação é a contração da poupança privada e da capacidade de consumo da população, que se traduzem em aumento da recessão e do desemprego.

O país respira mais aliviado por ter o recuo do dólar evitado a disparada da inflação e a propagação da idéia da reindexação geral de preços e salários, que poderia ser a sentença de morte no Plano Real. Mas se a trajetória para a inflação é menos assustadora, não convém esquecer que isso ocorreu porque os juros continuam altíssimos e a recessão se aprofundou, agravando o desemprego.

A iniciativa privada, que vem pagando preço alto pelo desajuste do setor público, só deverá ter motivos para comemorar e soltar foguetes quando os governos (a União, estados e municípios) derem mostras de que estão apertando o cinto, cortando na própria carne. A aprovação da Lei de Responsabilidade Orçamentária, pela qual o presidente, governador ou prefeito que estourar os limites orçamentários pode ser punido, seria o primeiro motivo real para soltar foguetes.

Mas só haverá motivo para o país festejar quando o setor público apresentar reduções sucessivas nos gastos.